

XXV. Conservação e recuperação de ativos de infraestrutura da união

A ação envolve a manutenção das hidrovias, por meio da conservação da sinalização de margens, do balizamento flutuante e das barragens de navegação; da realização de obras civis de recuperação das condições de navegabilidade e de segurança da hidrovia; dragagens de manutenção; da execução de serviços de desobstrução de canais de navegação, incluindo a limpeza e o destocamento; de obras de recuperação e/ou modernização de eclusas, terminais hidroviários e Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), inseridos nas hidrovias; e do cumprimento de exigências ambientais, contribuindo para a segurança e confiabilidade da operação desses equipamentos. Envolve também a implementação da gestão ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.

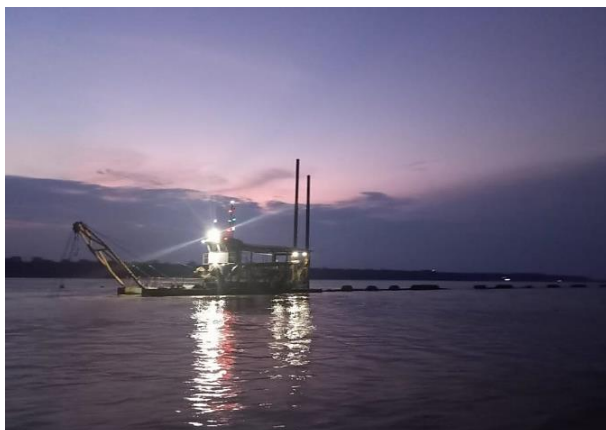
A ação orçamentária é responsável por todas essas atuações, em 8 (oito) regiões hidrográficas do Brasil:

- 6032 - Bacia Amazônica;
- 6033 - Bacia do Tocantins-Araguaia;
- 6034 - Bacia do Atlântico Nordeste Ocidental;
- 6035 - Bacia do Parnaíba;
- 6037 - Bacia do São Francisco;
- 6040 - Bacia do Paraná;
- 6041 - Bacia do Paraguai;
- 6043 - Bacia do Atlântico Sul.

Resultados

Dentre os resultados alcançados em 2021, destacam-se as Dragagens de manutenção nas hidrovias Paraguai (HN-950), Madeira (HN-117) e Taquari/Jacuí (HN-710/706), Operação e manutenções corretivas e preventivas em 46 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) nos estados do AM, RO e RR, manutenção de 22 atracadouros hidroviários e IP4 implantados nas regiões hidrográficas do Atlântico Nordeste Ocidental e Parnaíba, Diagnostico e Manutenção das Eclusas e Barragem, assim como os Planos de Monitoramento Hidroviários das Hidrovias do Madeira (HN-117), Tapajós (HN-106), Tocantins (HN-200) e São Francisco (HN-500).

Dragagem na hidrovia Madeira (HN-117)



Desafios Futuros e Riscos

Dentre os desafios futuros, propõe-se iniciar as obras de recuperação e modernização das eclusas do sul do Brasil, executar as recuperações das IP4 Parintins /AM, Cai n'Água/AM, Humaitá/AM e Manicoré, implantar, recuperar e manter a sinalização nas hidrovias do Tocantins (HN-200), Tapajós (HN-106), e Amazonas (HN-100), iniciar os Planos de Monitoramento da Hidrovia do Paraguai e Hidrovias do Atlântico Sul, e por fim dar continuidade às dragagens nas hidrovias Paraguai (HN-950), Madeira (HN-117) e Taquari/Jacuí (HN-710/706).

Os riscos atrelados e dificuldades estão associados a fatores meteorológicos e externos a este departamento, tal como condições hidrológicas que reduzem e comprometem a janela hidrológica disponível para execução das intervenções, dificuldades logísticas e, por fim, a obtenção das licenças e autorizações necessárias para execução dos serviços.

XXVI. Construção de terminais fluviais

A iniciativa visa construção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), visando dotar as populações de municípios ribeirinhos de acesso efetivo às hidrovias, com segurança nas operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros da navegação fluvial interior.

Envolve, também, a implementação da gestão ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias para o atendimento das licenças ambientais.

Por força do Despacho do Presidente da República, publicado no DOU em 23/04/2021, não constou na LOA 2021 disponibilidade de recursos orçamentários na Ação 127G - Construção de Terminais Fluviais.

Ao longo do ano, o DNIT encaminhou pedido de crédito especial via Projeto de Lei para recomposição de recursos orçamentários, o que ocorreu apenas no mês de novembro. Desta maneira, a execução das iniciativas aportadas pela ação orçamentária em questão teve seu ritmo prejudicado devido à demora na liberação dos recursos.

Resultados

No ano de 2021 foram concluídas as obras de construção das IP4s de Silves e Alvarães, no Estado do Amazonas, Belém-Mosqueiro e Cametá, no Estado do Pará, e seguimos com o andamento das obras de construção das IP4 de Anori/AM, Envira/AM, Barcelos/AM, Oriximiná/PA, Juruti/PA, Augusto Corrêa/PA e Guajará-Mirim/RO.

Desafios Futuros e Riscos

Destacam-se as dificuldades orçamentárias, emissão de licenças e paralisação ou atraso das obras em decorrência de dificuldades logísticas para execução dos serviços.

A figura abaixo fornece uma visão geral das IP4 em construção e concluídas.

Destaca-se ainda a cobertura contratual com contratos de supervisão, manutenção e operação em 100% das IP4, superando a meta prevista de 95%.

Indicadores de operação e manutenção em 2021



Desafios Futuros e Riscos

Dentre os desafios futuros, está a garantia das manutenções em níveis adequados para que as instalações possam operar com segurança e confiabilidade, preservando o patrimônio público, desenvolvendo e promovendo o transporte aquaviário interior.

Os riscos atrelados estão relacionados a regularização e licenças, fenômenos hidrológicos extremos (máxima cheia e falhas geológicas), assim como a disponibilidade de recursos para as recuperações das instalações.

XXVIII. Manutenção e operação de eclusas - Ação 20LO

A ação tem a finalidade de atender iniciativas operacionais relacionadas às eclusas, de forma a garantir a operação e manutenção das estruturas e proporcionar maior segurança aos usuários e operadores.

Envolve, também, a implementação da gestão ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.

As eclusas operadas e mantidas pela ação são citadas abaixo:

- Eclusa de Tucuruí – Pará

- Eclusa de Sobradinho – Bahia;
- Eclusa de Jupuí – Mato Grosso do Sul;
- Eclusa de Três Irmão – São Paulo;
- Eclusa de Amarópolis – Rio Grande do Sul;
- Eclusa de Fandango – Rio Grande do Sul;
- Eclusa de Anel de Dom Marco – Rio Grande do Sul;
- Eclusa de Bom Retiro do Sul – Rio Grande do Sul.

A partir de uma visão integrada dos diversos aspectos técnicos e administrativos envolvidos na operação, manutenção e gestão das eclusas, foi idealizado o Programa Nacional de Recuperação, Operação, Manutenção e Gestão de Eclusas (PROECLUSAS), que visa implementar a necessária estruturação e governança a esse segmento de infraestrutura de transporte, no horizonte temporal de 2019 a 2026.

Estrutura PROECLUSAS

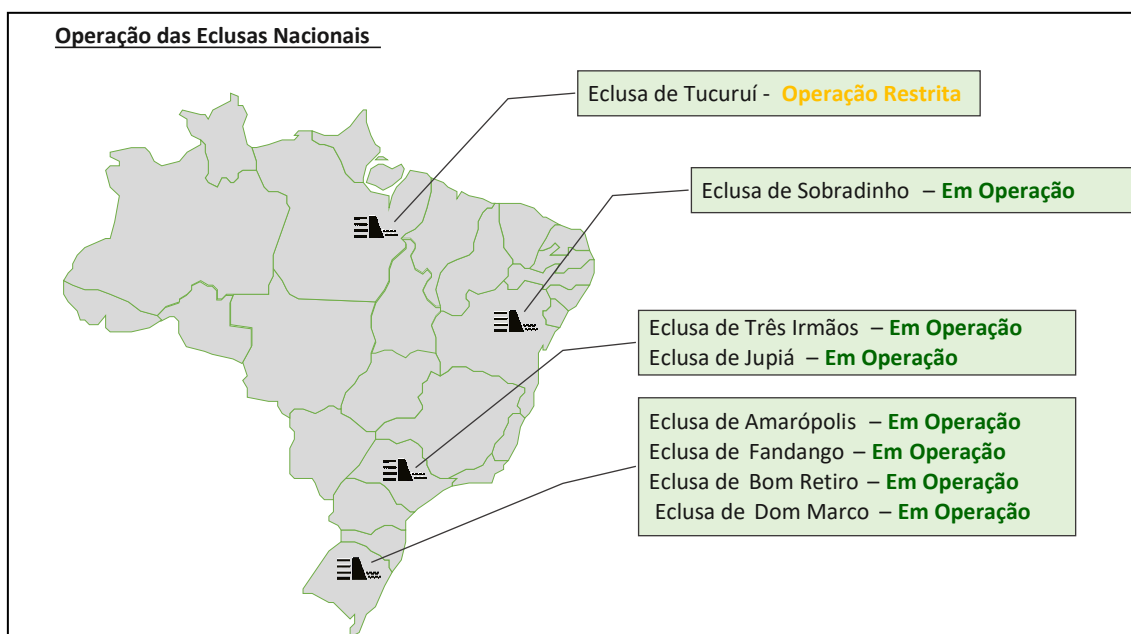


Resultados

Todas as oito Eclusas se encontram em plenas condições técnicas de operação, fruto das intervenções realizadas nos últimos anos por meio do diagnóstico, manutenções e operações.

Como resultado de todas as intervenções realizadas ao longo do ano, o indicador da iniciativa que monitora a disponibilidade de eclusas (Nº de Eclusas em Operação / Nº Total de Eclusas) finalizou 2021 em 88%, uma vez que as eclusas de Tucuruí/PA estão em condição de operação restrita, devido ao processo de renovação do licenciamento junto ao Órgão Ambiental Estadual.

Mapa – eclusas em operação e fora de operação



Desafios Futuros e Riscos

O principal desafio futuro da iniciativa para a continuidade da operação e da manutenção das eclusas serão as manutenções e recuperações estruturantes identificadas nos diagnósticos das eclusas de Tucuruí, Sobradinho, Três Irmãos e Jupia, e a finalização dos projetos de recuperação e modernização das quatro eclusas do sul, Fandango, Dom Marco, Amarópolis e Bom Retiro, uma vez que a eclusa de Tucuruí/PA está em condição de operação restrita, devido ao processo de renovação do licenciamento junto ao Órgão Ambiental Estadual.

Os riscos da operação das eclusas e barragens estão relacionados principalmente a disponibilidade de recursos para as obras de recuperações e modernização necessárias, relacionamentos com o setor energético, condições hidrológicas adversas que afetem a continuidade da operação das eclusas ou hidrovias, assim como processos de licenciamento ambientais.

XXIX. Construção de edificação para recepção de passageiros do Porto de Maceió – Ação 15NW

A ação envolve os serviços de elaboração de projeto básico e executivo e execução da obra da estação de passageiros do porto de Maceió/AL.

Resultados

A obra foi concluída e inaugurada em 2021. A Estação tem por objetivo qualificar a infraestrutura portuária da região, voltada à recepção de passageiros destinados/oriundos da navegação marítima.

Vista frontal do Terminal de Passageiros do Porto de Maceió



Desafios Futuros e Riscos

Dentre os principais desafios, está a conservação das obras, agora sob responsabilidade da Administração do Porto de Maceió – APMC.